

FONTE :

O Globo

DATA : 11 08 87

CLASS. :

154

PG. :

7

# D. Luciano nega qualquer participação do Cimi

BRASÍLIA. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem nota, assinada pelo seu Presidente, Dom Luciano Mendes de Almeida, na qual responde às acusações feitas ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em matéria publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo", domingo passado. A matéria aponta o Cimi como integrante de um movimento internacional de "conspiração contra o Brasil", que partiria da defesa da soberania restrita sobre as terras indígenas e da não exploração das riquezas minerais da Amazônia. A nota manifesta "veemente repúdio" às afirmações do jornal paulista, que "visam claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas". Ao divulgá-la, o Subsecretário Geral da CNBB, Cônego Celso Pedro da Silva, considerou uma "coincidência" a matéria ser publicada às vésperas da entrega das emendas populares — incluindo a do

Cimi — à Constituinte. "O jornal, ou alguém usando o jornal, quer confundir os constituintes", acredita ele. Ontem mesmo, o Cônego encaminhou cópias da nota aos 559 constituintes.

De acordo com a matéria, o Cimi representa no Brasil o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs (formado por igrejas evangélicas), que teria elaborado o documento "Diretriz Brasil nº 4", onde se declara a Amazônia como patrimônio da humanidade. O Cimi defenderia o conceito da soberania restrita junto à Constituinte e possuiria um arquivo secreto.

A CNBB responde a todas estas informações. Nega que o Cimi tenha alguma vinculação com o Conselho Mundial de Igrejas (a Igreja Católica tem, através da Santa Sé, apenas um observador no Conselho), que ele possua um arquivo secreto e afirma desconhecer o documento "Diretriz

Brasil nº 4". A CNBB nega também que a Igreja tenha assinado um documento, que teria sido aprovado em uma reunião em Barbados, no Caribe. Segundo a entidade, o único brasileiro que assinou o documento foi o antropólogo Darcy Ribeiro, ex-Vice-Governador do Rio de Janeiro. Além disso, a CNBB nega a existência de uma carta de seu Secretário Executivo, Antônio Brand, reclamando da falta de verbas.

De acordo com a CNBB, o Cimi "nunca postulou" junto à Constituinte o estatuto de soberania restrita para as nações indígenas. A nota da CNBB afirma que o Cimi apóia integralmente o que consta no anteprojeto do Relator Bernardo Cabral a respeito dos direitos indígenas. O Conselho, segundo seu assessor jurídico Júlio Gaiger, vai apresentar uma emenda popular, que já tem mais de 40 mil assinaturas, acrescentando apenas o reconhecimento do

Brasil como um País pluriétnico. Além disso, a emenda terá o papel de contrabalançar qualquer iniciativa que objetive reduzir o que foi aprovado até agora.

Na nota, a CNBB declara que o relacionamento do Cimi com "comunidades cristãs e entidades solidárias de outros países objetiva o fortalecimento da solidariedade humana em torno da defesa da vida das comunidades indígenas, sem nenhum propósito de incentivar ou propiciar ingerências indevidas na condução dos assuntos internos do Brasil".

A CNBB acha importante que o Congresso constate a improcedência das denúncias feitas pelo jornal paulista. A entidade informa, também, que aguardará as outras matérias anunciadas pelo "O Estado de São Paulo" para examiná-las integralmente e "tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso".